

Escolas não aceitam limitar

Sábado, 26/8/89

mensalidades

As escolas particulares do Distrito Federal não vão acompanhar a sugestão da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Fenen), de limitar os reajustes das mensalidades escolares pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), correspondente à inflação. A decisão foi tomada ontem por 76 escolas reunidas em assembleia no Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no DF (Sinepe), que classificaram de "política" a decisão da Fenen. Com isso, as mensalidades continuarão sendo reajustadas mensalmente a partir da confecção das planilhas de despesas, acrescidas de 10%, seguindo orientação da Portaria 140 do Ministério da Fazenda, de junho deste ano.

De acordo com o presidente em exercício do Sinepe, Osvaldo Saenger, não houve a necessidade de as escolas do DF limitarem os seus reajustes pelo IPC, uma vez que a tendência dos aumentos é a de acompanhar esse índice. "Temos o direito e a obrigação de basear nossos reajustes de acordo com as despesas praticadas" — explicou Saenger, revelando que o Sinepe foi um dos oito sindicatos do País, entre

24 que não concordaram com a sugestão da Fenen.

Pagamentos

O Sinepe negou que haja uma tendência à suspensão do pagamento das mensalidades nas escolas da cidade — "se em outros Estados isso está ocorrendo, é lamentável. Em Brasília, o quadro é de tranquilidade" — revelou Saenger. Ele disse também que os movimen-

tos de estudantes de alguns estabelecimentos, como o Ceub e a UDF, não chegam a mostrar uma insatisfação geral da sociedade. "O Ceub tem sete mil alunos e somente 100 fizeram uma passeata, o que não representa nem 2% de insatisfação" — mensurou o representante do Sinepe.

Para o presidente da Associação dos Pais de Alunos das Escolas

do DF, Luís Cassemiro dos Santos, a declaração da Fenen "foi um reconhecimento de que as escolas estão cometendo abusos nas mensalidades. Cassemiro acredita que essa nova posição da Fenen seja um passo para a revogação da Portaria 140. "Se o Executivo não mudar em breve, entraremos com um recurso na Justiça contra essa abusiva liberdade vigiada" — completou.